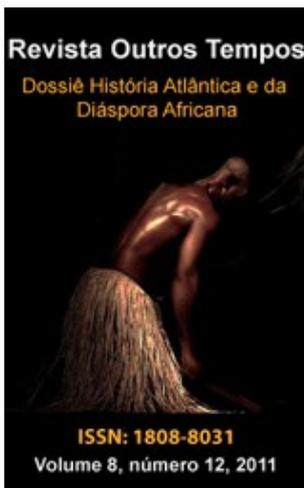


“DOS ÚTEIS EFEITOS DA SOCIABILIDADE E DAS VANTAGENS DA CIVILISAÇÃO”: A questão indígena e sua representatividade nos gabinetes provinciais do Rio Grande do Sul (1846-1870)¹

“THE USEFUL EFFECTS OF SOCIABILITY AND THE ADVANTAGES OF CIVILIZATION”: The indigenous issue and its representativeness in Rio Grande do Sul provincial offices (1846-1870)



SANDOR FERNANDO BRINGMANN
Doutorando PPGH-UFSC/Bolsista CAPES
Florianópolis, Santa Catarina-Brasil
s_bringmann@yahoo.com.br

Resumo: Neste artigo discutimos algumas questões referentes à representatividade dos discursos das autoridades provinciais sul-rio-grandenses frente ao processo de “civilização” e catequese dos indígenas do grupo *Kaingang*, habitantes das regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul. Através da análise de fontes documentais e textuais, buscamos deslindar a representação hegemônica sobre os *Kaingang* e identificar como os estereótipos instituídos vão influenciar nas ações do governo provincial, ora para pacificar os indígenas através das estratégias de atração, ora para controlar à força suas tentativas de resistência ao ideário governamental.

Palavras-Chave: *Kaingang*. Discursos. Política. Rio Grande do Sul.

Abstract: In this paper we discuss some issues concerning at representation of speeches by provincial authorities of Rio Grande do Sul, forward the process of "civilization" and catechesis of the indigenous group *Kaingang*, inhabitants of the north and northeast of the province. Through the analysis of documentary and textual sources we seek to reveal the hegemonic representation on the *Kaingang* and identify how the established stereotypes will influence the actions of the provincial government, either to pacify the natives through strategies of attraction, either to control their attempts at resistance to the government project.

Keywords: *Kaingang*. Speeches. Policy. Rio Grande do Sul.

¹ Artigo submetido à avaliação em 17/09/2011 e aprovado para publicação em 15/12/2011

Introdução

Desenvolver uma pesquisa histórica sobre o contato intercultural entre os grupos indígenas e as frentes de expansão² sempre foi, antes de tudo, um grande desafio. Além da escassez e dispersão das fontes escritas, a forma de interpretação das mesmas exige que o historiador tenha certa sensibilidade para avaliar as opções complementares para a investigação do passado. Uma das questões levantadas nesse sentido aponta para a especificidade da documentação escrita de que dispomos sobre as populações nativas americanas, basicamente provenientes dos agentes de colonização europeia. Justamente por esse motivo, ao buscarmos referenciais teóricos e metodológicos para uma reflexão sobre o envolvimento dos *Kaingang* e o seu lugar na constituição histórica da sociedade sul-rio-grandense, percebemos a inexpressividade com que foram caracterizados os mesmos naquele cenário historiográfico ao longo do século XX.

Em parte, esse alheamento advém do desinteresse de grande parte dos historiadores regionais pela temática, ou até mesmo pela ausência de uma perspectiva interdisciplinar que valorizasse as dinâmicas sociais e culturais dentro de uma perspectiva etno-histórica. Convencionou-se, por longo tempo, estudar os povos indígenas como meros apêndices sem vontade de uma sociedade conquistadora e dominante, onde os mesmos eram percebidos enquanto vítimas passivas de um processo assimilacionista e desintegrador. Pelo menos até a década de 1970, na visão dos historiadores regionais, os povos indígenas do Rio Grande do Sul acabaram submetidos e incorporados ao sistema colonial, perderam sua identidade, sua língua, deixaram de ser índios e desapareceram da história³.

Felizmente, tais ideias já não se sustentam mais, tendo em vista o avanço das concepções teórico-metodológicas das pesquisas realizadas em diferentes centros de ensino, sobretudo a partir dos últimos 20 anos. Cada vez mais, diferentes pesquisadores revelam a imensa capacidade dos povos indígenas de agir com movimentos próprios, diante das mais

² O conceito de frentes de expansão utilizado neste artigo corresponde às frentes agrícolas e pastoris que avançam sobre territórios ocupados por indígenas. Roberto Cardoso de Oliveira, ao analisar a atuação e o resultado do avanço das frentes de expansão para as sociedades indígenas, indica que: A existência de *frentes de expansão* da sociedade brasileira é a idéia que, preliminarmente, devemos considerar. A noção de “frente”, acrescida à de “expansão”, indica claramente a característica dinâmica do fenômeno que se quer investigar. É a sociedade nacional, através de seus segmentos regionais, que se expande sobre áreas e regiões cujos únicos habitantes são as populações indígenas. Mas esse processo de expansão não é conduzido ao acaso. Interesses econômicos o conduzem, motivando as populações nele envolvidas (OLIVEIRA, 1978, p. 96-97).

³ Entre os principais representantes dessa corrente de historiadores, podemos citar João Cezimbra Jacques, Dante de Laytano, Carlos Reverbel e Guilhermino Cesar.

adversas situações, criando múltiplas estratégias de sobrevivência, expressadas através de negociações, conflitos, rearticulações culturais e identitárias, etc.

Em grande parte, esse avanço se deve a uma maior aproximação da História com a Antropologia, principalmente entre os pesquisadores do campo da cultura ou etno-historiadores, que buscam nos pressupostos antropológicos subsídios para reforçar as bases de seus estudos históricos. No arcabouço dessa perspectiva, fez-se necessário entrelaçar a relação da modalidade de interpretação histórica com o campo cultural. Esse viés constitui foco privilegiado de expressão dos anseios, necessidades e aspirações dos indivíduos. A cultura, por conseguinte, configura-se como o principal veículo de coesão e de construção de uma identidade própria (SOIHET, 1997, p. 218).

Evidenciamos, nesse suporte teórico-metodológico, uma ampliação também do processo de concepção de perguntas e respostas históricas, que leva em consideração uma série de processos históricos, resultados das interações dinâmicas nas diferentes conjunturas dos povos indígenas. Nesse sentido, procuramos verificar as representações hegemônicas sobre os *Kaingang* nos discursos dos agentes do governo provincial. Analisamos os escritos oficiais e não oficiais das autoridades provinciais, (relatórios, cartas, ofícios etc.), com a finalidade de trazer à tona algumas práticas discursivas desses representantes do Estado Nacional sobre os *Kaingang*, bem como suas consequências para a trajetória histórica deste grupo.

É preciso lembrar aqui que a resistência *Kaingang* à invasão do território tornou-se tema frequente nas correspondências entre os diretores de aldeamentos, missionários jesuítas e as autoridades provinciais, assim como assunto recorrente nos relatórios dos presidentes da província. Ao longo deste artigo, enfocaremos algumas estratégias discursivas pontuais existentes na documentação, observando o seu conteúdo, o contexto de sua criação e reprodução, buscando evidenciar para quais interesses serviam em diferentes momentos. Entendemos que através de uma análise mais apurada, é possível entrever nesta documentação, uma história das relações de força simbólicas, uma história da aceitação ou da rejeição dos princípios inculcados, das identidades atribuídas que intentavam (mas nem sempre conseguiam) assegurar e perpetuar a predominância da dominação do Estado Nacional sobre as populações indígenas.

Fundamentos para a (des)construção do “bugre selvagem”

As terras distribuídas aos imigrantes pelo governo e companhias colonizadoras no século XIX eram propagandeadas na Europa como “áreas devolutas”. Entretanto, como bem sabemos, há séculos esse território era ocupado por grupos indígenas de diferentes etnias (*Guarani, Kaingang, Botocudo*, etc.). Esses grupos mantinham nesse território sua organização social e cultural de acordo com suas características étnicas diferenciadas. Entendidos desde sempre como um obstáculo ao desenvolvimento, os indígenas, particularmente os grupos Jê (*Kaingang e Xokleng*, entre eles), foram avaliados como uma ameaça ao progresso e, dessa maneira, cabia “ao poder público intervir no sentido de aldear o índio e defender o colono que é o gerador de riquezas” (NONNENMACHER, 2000, p. 15). O “bugre”, “preguiçoso” e “rebelde” por natureza deveria ser combatido e aldeado para que não ameaçasse os lotes coloniais⁴.

Considerando conjuntamente os discursos dos agentes representantes do governo da província de São Pedro do Rio Grande do Sul entre os anos de 1846 e 1870, é possível identificar a importância que o projeto de aldeamentos alcançou em termos políticos, sociais e religiosos, em um cenário onde as condições históricas tornaram-se completamente desfavoráveis às populações nativas, as quais, há tempos vinham sofrendo uma tentativa de apagamento de sua identidade cultural e, principalmente, populacional.⁵ Dessa forma, é

⁴ Lembramos aqui que a palavra “bugre” foi usual para denominar os grupos indígenas em diversas partes do Brasil, geralmente para designar os grupos que mais resistência impunham aos projetos colonial e imperial de ocupação do território. Expressões e adjetivos como os referidos no parágrafo pontuado eram fartamente utilizados pelas autoridades nas cartas e relatórios oficiais para referir-se à índole dos nativos, em uma clara tentativa de justificar a perseguição aos mesmos.

⁵ O projeto de aldeamento dos indígenas inicia em 1846, quando são implantados os primeiros núcleos voltados para a concentração dos mesmos. O Aldeamento de Nonoai surge como o principal da província e fica assim nomeado como um tributo ao cacique *Nonohay*. Além de Nonoai, situado no norte da província, podem ser citados outros aldeamentos instalados nesse contexto, com menor contingência de indígenas, mas nem por isso menos importantes para os objetivos do governo provincial. Entre os principais, mais presentes nos documentos e significantes para nossa pesquisa, estão os aldeamentos da Guarita (fundado em 1846), no extremo noroeste, Pontão e Campo do Meio (ambos fundados em 1848), na região nordeste da província, nos chamados “Campos de Vacaria”. O comando inicial dos aldeamentos ficou a cargo de leigos, quando foram nomeados diretores para cada um dos aldeamentos. Esses diretores prestavam contas a um Diretor Geral dos Índios, cujo escritório estava situado em Rio Pardo, região central da província. O papel do Diretor Geral dos Índios consistia em coordenar os investimentos e regular as ações dos diretores dos aldeamentos. Sua autoridade era imposta em todos os aldeamentos da província, cabendo aos diretores de cada um deles relatar as ocorrências e as necessidades para o Diretor Geral, que solicitava medidas diretamente com o presidente provincial. As portas dos aldeamentos se abriram para os missionários jesuítas espanhóis a partir de 1848, quando estes começaram a catequizar os indígenas de Guarita e Nonoai. Num primeiro momento, os jesuítas permanecem até 1851, quando são questionados pela Assembleia Legislativa Provincial por não apresentarem resultados satisfatórios, tendo, dessa maneira, seu contrato cancelado nesse mesmo ano. Entretanto, os jesuítas retornam aos aldeamentos em 1854, a pedido da própria Assembleia Legislativa, e reassumem a missão de catequizar e civilizar os indígenas.

necessário ressaltar que os textos aqui adotados enquanto discursos possuem dimensões e formas de funcionamento diferentes, contudo, amiúde convergem para uma única direção, levar o indígena à redução e inclusão na sociedade e costumes dos “civilizados”.

Grande parte do corpus documental utilizado neste artigo procede de relatos de contemporâneos aos eventos ocorridos. São textos produzidos por pessoas que deixaram suas impressões sobre a questão dos indígenas através de relatórios, apontamentos, correspondências e outros escritos. Cabe lembrar, entretanto, que estas fontes de informação, em determinados momentos, foram juntadas e compiladas por diversos autores, cujas interpretações transformaram-se em novas fontes, sendo muitas delas de caráter mais informativo do que avaliativo. São poucas as publicações que se preocuparam em investigar a intencionalidade dos escritos, seu interdiscurso, seu papel enquanto formador de opinião frente à sociedade regional e as consequências desses discursos para os principais interessados: os próprios *Kaingang*.

Narrativas quantitativas e qualitativas caminham lado a lado com visões estereotipadas nas obras de muitos autores do século XIX e da primeira metade do século XX. Normalmente há uma insistência em perguntar apenas o que o texto diz, tornando preocupante seu desígnio enquanto produção de conhecimento. Nessas obras, geralmente não se tem um empenho voltado para a crítica do conteúdo das informações obtidas. Tal característica textual nos remete aos postulados de Eni Orlandi, quando esta afirma que, para cumprirmos com o compromisso da crítica às fontes, devemos nos preocupar não apenas com o que diz o texto, mas, principalmente: ao dizer algo, o que se pretende com isso (ORLANDI, 1990, p. 74). A mesma autora alerta ainda para que se tenha uma maior preocupação com a análise do conteúdo dos textos, porque os mesmos são resultado de um efeito ideológico discursivo, no qual, ao evidenciar determinado fato como realidade inquestionável, constrói-se um imaginário generalizante (memória nacional) que pode trazer graves consequências aos agentes envolvidos. Portanto, tomar certos textos como documentos é já alinhar-se a uma interpretação dada da história, permitindo o silenciamento de determinados sujeitos em detrimento de outros (ORLANDI, 1990, p. 75).

Ainda nesse sentido, Michel Foucault já alertava sobre a necessidade de uma mudança no trabalho com os documentos. Deve-se considerar como tarefa primordial não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade, nem qual é o seu valor expressivo, mas sim, trabalhar em seu interior e reelaborá-lo (FOUCAULT, 1987, p. 7). Dessa forma, o documento não se torna uma matéria inerte, através do qual se tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, mas sim, constituir séries, descobrir o tipo de relações que permearam suas ações, formularem-lhe

as leis, etc. (FOUCAULTA, 1987, p. 8). Sobre a interpretação dos documentos, Jacques Le Goff afirma que:

Todo documento es un monumento que hay que saber desestructurar, desmontar. El historiador no solo tiene que saber discernir la falsedad, evaluar la credibilidad de un documento, tiene que desmitificarlo. Los documentos no se convierten en fontes historicas sino después de haver sufrido un tratamiento destinado a transformar su función de mentira en confesión de verdad (LE GOFF, 1991, p.108).

Entende-se, portanto, que para todo tipo de fontes utilizadas pelo historiador, deve haver uma crítica interna, onde o mesmo deve preocupar-se principalmente com o contexto de sua produção. “Antes de mais nada, trata-se de estabelecer quando, em que contexto e com que objetivo, ao lado de por quem foi escrito o material em questão, retraduzindo-o e desideologizando-o” (MARTINS, 1997, p. 134).

A análise crítica dos discursos presentes em documentos e textos históricos não constitui exatamente uma novidade na análise do contato dos indígenas com a sociedade nacional. Em linhas gerais, é possível dizer que há duas perspectivas de análise dessa temática: uma que privilegia o foco no trabalho missionário e outra que adota como ponto de vista as formas pelas quais sociedades indígenas se apropriaram de palavras, mercadorias e rituais dos estrangeiros para construir sua própria história, situando os brancos e seus elementos em uma determinada visão de mundo, para, assim, construir novas relações sociais e reproduzir-se como sociedade (COLLEVATTI, 2009, p. 224). No arcabouço dessas abordagens está a tentativa de confrontar as narrativas acríticas, aceitas como a verdade histórica dos fatos, que contribuem para a negação do sujeito índio enquanto construtor de sua própria história, relegando ao mesmo um papel de mero coadjuvante no cenário histórico, no qual passa a viver sempre em função dos mandos e desmandos da sociedade nacional.

A partir das novas concepções teóricas, antropólogos e historiadores têm analisado situações de contato, repensando e ampliando alguns conceitos básicos sobre o tema. A compreensão da cultura como produto histórico, dinâmico e flexível, formado pela articulação contínua entre tradições e novas experiências dos homens que a vivenciam, permite perceber a mudança cultural não apenas enquanto perda e esvaziamento de uma cultura dita autêntica, mas em termos do seu dinamismo, mesmo em situações de contato extremamente violentas, como foi o caso das populações indígenas e dos colonizadores (ALMEIDA, 2010, p. 22).

Para exemplificar esse ponto de vista, citamos o caso das incursões dos *Kaingang* aos lotes coloniais, vistas durante muito tempo apenas como ações em busca de alimentos e objetos metálicos. Com a intensificação do contato, muitos indígenas acabaram aproximando-se das áreas habitadas pelos colonos e fazendeiros, supostamente com o

objetivo de adquirir objetos utilitários, entre os quais machados, facas, vasilhas e embalagens, desconhecidos antes do contato, mas que imediatamente passaram a ter grande apreço entre os nativos. Entretanto, não poderíamos compreender esse processo apenas sob o viés simplista da obtenção dos novos objetos. É possível compreender esses atos dos *Kaingang* também como uma forma de resistência, dentro do processo que Steve Stern chama de “resistência adaptativa”, quando frente a uma nova realidade imposta, os indígenas aprendem novas práticas culturais, visando à obtenção de possíveis vantagens que a nova condição permitia. Se as identidades são históricas e múltiplas, os indígenas podiam também adotar identidades variadas conforme as circunstâncias e interesses (ALMEIDA, 2010, p. 61).

Os indígenas como tema de gabinete

É exatamente essa persistente resistência *Kaingang* à invasão do seu território que vai suscitar as discussões mais acaloradas nos gabinetes provinciais, tornando-se tema frequente das correspondências entre diretores de aldeamentos, missionários jesuítas e autoridades políticas da província. A imagem de um índio pérfido e violento povoava sobremaneira o ideário da população “civilizada” habitante nas áreas de colonização e, inclusive, dos que estavam longe, nas cidades e vilas distantes das áreas designadas aos colonos europeus. Isso porque a estes também chegavam informações sobre as ações dos “bugres selvagens”. Tais formações discursivas contribuíram para a intensificação dos planos de assimilação dos povos indígenas da província.

É importante salientar que, quando nos referimos aos discursos do governo provincial, estamos nos referindo, sobretudo, aos ofícios e relatórios dos seus agentes externos, estabelecidos nos distritos, vilas e aldeias indígenas. Esses agentes ocupam diversos cargos públicos, atuando na função de diretores de aldeamento, subdelegados, militares, agrimensores, engenheiros etc. São essas pessoas que, na maioria das vezes, levam às autoridades da capital informações sobre os eventos conflituosos envolvendo os indígenas nas colônias e nos aldeamentos. Cabe lembrar ainda que a maior parte dos discursos aqui analisados desenvolve sentidos na direção do colonizador para o colonizado, onde se subentende, acima de tudo, que “não é o de fora que é o inimigo, ele não é um invasor, é um descobridor” (COLEVATTI, 2009, p. 238). Esse aspecto tende a destituir das ações indígenas o caráter de resistência, instituindo que o movimento de confronto com o colonizador é apenas rebeldia ou selvageria.

Damos início a nossa análise por um trecho de um ofício escrito em maio de 1848, pelo subdelegado do Distrito de Passo Fundo, Joaquim Fagundes dos Reis e endereçado ao Diretor Geral dos Índios, o Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves, descrevendo seus esforços e de seus subordinados na tarefa de atrair os *Kaingang* para o aldeamento. Fagundes dos Reis relata que seus homens muitas vezes sacrificavam suas vidas para encaminhar as “hordas” de índios aos aldeamentos e à catequese. Apesar disso, orgulha-se em poder levar segurança às populações da Freguesia de Passo Fundo e região, constantemente ameaçadas pelas incursões dos indígenas. Para o subdelegado, tornava-se fundamental garantir “a tranquilidade dos habitantes do mesmo, ao passo que submetem-se aquelles entes errantes ao circulo social dos Humanos” (OFÍCIO 19/5/1848).

Chamamos a atenção para este último pormenor, observando que Fagundes dos Reis nega aos indígenas a condição de humanidade. É possível avaliar esse argumento sob três aspectos distintos: 1º - pode ter havido uma exacerbação do referido subdelegado, em uma tentativa de impressionar as autoridades sobre o grau de dificuldade do seu trabalho; 2º - há uma “ignorância terminológica” na construção da frase que o fez construir um sentido involuntário na mesma; e 3º - quiçá o mais plausível, pode ter decorrido da influência do contexto sócio-histórico do autor.

A negação da condição humana dos indígenas foi bastante corriqueira no séc. XVI, quando os missionários demonstravam perplexidade devido à “incapacidade” dos nativos em manter os ensinamentos, após aparentemente tê-los aceito plenamente. Se pensarmos que para o século XIX essa percepção já estava superada, acabamos desprezando os mecanismos de manutenção dos fenômenos coletivos que se perpetuam através da transmissão ou imposição das ideologias, que muitas vezes são reforçadas pela formação intelectual e tipos de leituras praticadas pelos indivíduos. Não temos informações mais esclarecedoras sobre Fagundes dos Reis, porém podemos inferir certa influência cotidiana do que ele ouvia ou lia a respeito dos indígenas. Nessa ótica, José D’Assunção Barros é muito claro quando explica que:

Todo texto é produzido em um lugar que é definido não apenas por um autor, pelo seu estilo e pela história de vida deste autor, mas principalmente por uma sociedade que o envolve, pelas dimensões desta sociedade que penetram no autor, e através dele no texto, sem que disto ele se aperceba. Uma época, uma sociedade, um ambiente social (rural, urbano), uma Instituição, uma rede de outros textos às quais o autor deverá se conformar, as regras de uma determinada prática discursiva ou literária, as características do gênero literário em que se inscreve o texto – tudo isto constrange o autor que escreve o texto, deixando nele suas marcas, a princípio indeléveis, mas que devem ser pacientemente decifradas pelos historiadores e outros analistas de textos (BARROS, 2005, p. 133).

Refletindo sobre a sociedade do período, imaginamos que a concepção geral não deveria diferir muito do que pensava o subdelegado Fagundes dos Reis. As investidas dos *Kaingang* contra os moradores da região, cujas consequências muitas vezes eram assassinatos e sequestros de “civilizados”, contribuíam para a ratificação do status animalesco dos indígenas. Além disso, os *Kaingang* sempre foram vistos como um obstáculo ao avanço da colonização, sua saída daquelas terras tornava-se imperiosa para o sucesso do empreendimento, não interessando de que forma seriam tirados daquele território. A população geralmente apoiava as ações repressivas do governo, pois o afastamento dos indígenas de seu território representava novos lotes para colonizar. Nesse ínterim, além do discurso sobre a ferocidade dos indígenas, percebe-se nos relatórios e ofícios governamentais a representação do colono como o único capaz de render bons frutos para o progresso da província, através do seu trabalho. Tais discursos tendem a acentuar a inutilidade dos nativos para o desenvolvimento das regiões que estavam sendo colonizadas.

Referências sobre o caráter dos *Kaingang* eram bastante frequentes entre as autoridades provinciais, sobretudo quando os indígenas impunham resistência ao trabalho ou aos preceitos morais e valores impostos pelos diretores. O Brigadeiro Andrade Neves, figura de grande destaque nas diversas revoluções de que participou, atuava em tempos de paz como Diretor Geral dos Índios da província⁶. Era responsável pela organização e manutenção dos aldeamentos, os quais buscava dirigir com os mesmos princípios militares com que comandava suas tropas. Tinha princípios bem definidos e não tolerava nenhum tipo de insubordinação de seus soldados. Assim, não é difícil imaginar igualmente que não toleraria abusos de índios aldeados. O seu zelo militar pode ser verificado também em suas atitudes como diretor geral, conforme destacamos no trecho abaixo, quando se refere ao pouco ânimo dos índios pelo trabalho.

Desde que o governo tem tratado de tira-los das selvas para os civilizar, as experiências dos séculos tem mostrado que esta gente para se obter delles alguma cousa he preciso conserva-los como em tutella, pelo seu genio indolente e selvagem, habito adquirido desde sua infância, por isso convem ter hua força própria para os oprimir em seus excessos quando queirão por em pratica (OFICIO 21/12/1849).

Com longa experiência militar, Andrade Neves já previa tais dificuldades e o seu discurso revela muito bem qual o “remédio” para a indolência dos indígenas. Apesar disso,

⁶ José Joaquim de Andrade Neves foi combatente legalista na Revolução Farroupilha, onde alcançou o título de Tenente-Coronel. Atuou também na Guerra contra Rosas em 1851 e na Guerra do Paraguai, onde obteve inúmeras vitórias sobre o exército de Solano Lopez. Morreu em 1869 em decorrência de ferimentos sofridos na batalha de Potrero Marmoré.

mesmo com seu prestígio, nem sempre teve atendidas suas reivindicações pelo governo provincial. O pedido de uma força militar para o aldeamento da Guarita, feito pelo diretor em 1849, parece não ter sido atendido, pois, em dezembro de 1850 o mesmo Andrade Neves remete ofício para o presidente Pedro Ferreira de Oliveira, no qual reclama das condições do aldeamento e as medidas necessárias para seu melhoramento: “V. Ex^a verá a necessidade que há de conservar-se ali uma força para conter os índios [...] Por já haver estado n’aquelle lugar conheço essa necessidade e julgo que será de promptamente saptisfeito este pedido...” (OFICIO 7/12/1850). Lembramos que as exigências por forças policiais nos aldeamentos estavam constantemente presentes nos ofícios e correspondências dos diretores de aldeias, enviados aos presidentes da província desde o início do projeto de aldeamentos. No aldeamento de Nonoai, no extremo norte da província, já atuavam as Companhias de Pedestres⁷, formadas em grande parte por praças da Guarda Nacional. Sua atuação não gerava os resultados esperados, pois os indígenas continuavam com seus atos de rebeldia tanto na aldeia, quanto em seus arredores.

Na aldeia de Guarita, localizada no noroeste da província, o pedido de implantação de uma força policial só foi atendido em 1851, isso porque, cansado da situação corrente, o diretor dessa aldeia, José Joaquim de Oliveira, pede demissão do cargo, reclamando que “hua vez que o aldeamento não pode prosperar sem haver força ali, além disso he hua falta de caridade o deixar-se tantas famílias deste Districto expostas ao bordão dos Selvagens, porque athe agora elles não conhecem quem lhes possa impor respeito e temor...” (OFÍCIO 28/9/1850). Respeitar, temer e obedecer parecem ser as palavras-chave para manter os indígenas sob controle nos aldeamentos. Sem essas atitudes, parecia impossível a José Joaquim de Oliveira atingir algum sucesso referente à civilização dos *Kaingang*. Contando com a promessa do governo de instalação da Companhia de Pedestres naquele local, Oliveira acaba retornando ao cargo de diretor da Guarita. Satisfeito com as medidas acatadas pelo governo provincial, Oliveira esclarece que “com as 50 praças em Nonohay, e as 30 aqui, terei de ver em pouco tempo prosperar os aldeamentos, e acabarem-se as correrias, e hostilidades, empregando-se os selvagens em serviços úteis para delle tirarem o sustento, e vistuario” (OFICIO 11/3/1851).

⁷ As Companhias de Pedestres ou Forças de Pedestres atuaram na vigilância dos aldeamentos visando a impedir as pressões de índios arredios que resistiam ao confinamento. Os Pedestres atuaram também na perseguição aos indígenas que cometiam as correrias nas colônias e fazendas. Foram criadas ou mobilizadas em diversos momentos, como a Companhia de Pedestres de Passo Fundo, criada em 1846 para controlar os ataques indígenas nas áreas de colonização, e a Companhia de Pedestres de Nonoai, criada em 1847 para defender os indígenas aldeados de ataques dos índios “bravos”. O corpo dessas companhias contava muitas vezes com soldados da Guarda Nacional e mesmo indígenas que recebiam soldos para atuar na perseguição e captura de outros indígenas.

Apesar de cumprir com o prometido, o governo provincial não concatenava completamente com a ideia. Primeiro, devido aos gastos com pessoal, que já estavam muito mais altos que o programado para os aldeamentos e, segundo, porque o governo tinha em vista que a consolidação da civilização e catequese dos *Kaingang* era o maior objetivo dos aldeamentos. Por isso, as autoridades julgavam que a presença de forças policiais nos mesmos não constituiria vantagens significativas, acarretando apenas mais represálias da parte dos indígenas que resistiam em aldear-se.

Os relatórios dos governantes mostram que suas preocupações procediam. A implantação das forças policiais nos aldeamentos mostrou-se infrutífera, pois as mesmas não conseguiam intimidar as insurreições dos indígenas, que abandonavam os aldeamentos e os trabalhos quando lhes aprouvesse. O descompasso das iniciativas fez com que a posição de autoridades como o vice-presidente da província Patricio Corrêa da Câmara e o presidente Pedro Ferreira de Oliveira agissem de formas extremas e distintas para com os indígenas. O primeiro, ao analisar os hábitos e o modo de viver dos *Kaingang*, conclui que os maus resultados da tentativa de civilizá-los advêm do seu estilo de vida “ociosa e aventureira dos bosques” (RELATÓRIO 2/10/1851, p. 11). Para que os mesmos aceitem e se sujeitem aos trabalhos regulares e constantes da “sociedade civilizada”, sugere que se tenha paciência, pois:

A história mostra que os povos caçadores são os últimos, entre os quaes tem a civilização estabelecido o seu império, e esta tem sido expontanea, lenta e gradual, e não devida aos esforços de Nações estranhas. É minha opinião pois que não nos empenhemos em obter por nós aquillo, que depende de outros, e do tempo. Deixem-se os Indios entregues a si, sejam tratados com bondade, mas não se fação despezas quando não se pode ser generoso, para lhes levar as luzes, e os beneficios de uma civilização, que elles jamais aceitarão, quando a nossa população augmentar, e os indios circunscriptos a pequeno espaço sejam extinctos os recursos da caça, e com gostos novos e novas necessidades não tenham meios de as satisfazer, então a civilização virá por si entre elles, e será vivificante, e duradoura (RELATÓRIO 2/10/1851, p. 11).

O tempo, na ótica de Corrêa da Câmara, se encarregaria de levar aos *Kaingang* a transformação que os aldeamentos não conseguiam, nem com o trabalho, nem com a religião. A aspiração do vice-presidente da província, descrita em seu relatório para a Assembleia Legislativa Provincial, apresenta uma visão antagônica aos objetivos das companhias colonizadoras, que tinham pressa em liberar as áreas para ocupação dos imigrantes europeus, e contrária também à perspectiva do próprio presidente Pedro Ferreira de Oliveira, para quem não havia esperanças de se conseguir benefícios com a civilização dos índios.

Não possuímos maiores informações sobre a trajetória ou o tipo de instrução que teve Corrêa da Câmara, o que com certeza nos auxiliaria a avaliar suas influências políticas e ideológicas. O que podemos perceber, em um primeiro momento, é que suas ideias contrastam com os registros até então identificados nas falas e relatórios dos outros presidentes provinciais. Contudo, levando em consideração que existem espaços dissimulados que se escondem na documentação escrita, que contornam silêncios e falseamentos voluntariamente presentes nos textos (BARROS, 2005, p. 130), podemos inferir que é possível que seu texto tenha sido construído exclusivamente para depreciar a atuação missionária dos jesuítas, que vinham tendo seu trabalho de catequização dos indígenas severamente criticado pela imprensa e autoridades da província.

Conforme mencionamos, quando confrontamos a mensagem presente nos textos de Corrêa da Câmara e Ferreira de Oliveira, percebemos um descompasso em suas ideias sobre que atitudes tomar para com os indígenas. Vejamos o que consta no relatório deste último sobre os *Kaingang*:

É a minha opinião que, sem perseguir os Índios, cumpre não satisfazer todos os seus caprichos. Tem-se despendido com elles grandes sommas, tem-se lutado com grandes difficuldades para aldeal-os e trazel-os ao gremio da civilisação, mas por ora não tem sido possível colher resultados vantajosos e menos ainda nutrir fundadas esperanças de um futuro melhor. De ordinário indolentes, não cuidão de trabalhar, nem reconhecem o beneficio que recebem por se os conservar abrigados das intemperies do tempo e das estações, de alimentar-os melhor de que o são nas matas, e tirando-os da vida nomade e selvagem em que vivem para fazel-os compenetrarem-se dos úteis effeitos da sociabilidade e das vantagens da civilisação. Nada disso reconhecem, e não só reproduzem suas impertinentes exigências, como também as vezes prorompem em violencias funestas e que me obrigarão, assim como meus antecessores, a conservar alternativamente destacamentos de Polícia ou da Guarda Nacional em alguns desses aldeamentos para impedirem a repetição de scenas tão desagradáveis. Estas e outras considerações tem-me firmado na Idea de que o mais conveniente espediente a tomar-se é mandal-os tirar d'esses pontos em que se achão, e empregal-os convenientemete nos Arsenaes, na Marinha, ou em outras quasquer Estações publicas em que possão ser aproveitados os seus serviços (RELATÓRIO 30/6/1851, p. 10-11).

Diferentemente de Corrêa da Câmara, Ferreira de Oliveira pretendia aproveitar os contingentes de indígenas, irredutíveis ao “sedentarismo” dos aldeamentos. Sendo um militar de carreira e com uma guerra prestes a explodir na região do Prata⁸, o presidente não vê melhor opção para a questão dos indígenas do que mandá-los para sentar praça como milicianos ou marinheiros. Percebe-se no discurso do presidente, que através de uma simples

⁸ Trata-se da denominada Guerra do Prata, entre Brasil, Argentina e Uruguai, também conhecida como Guerra contra Oribe e Rosas, ocorrida na metade do século XIX. Essa guerra foi travada no Uruguai, Rio da Prata e nordeste argentino de agosto de 1851 a fevereiro de 1852, entre as forças da Confederação Argentina e as forças da aliança formada pelo Império do Brasil, Uruguai e províncias rebeldes argentinas de Entre Rios e Corrientes. Marca a disputa entre Argentina e Brasil pela influência no Uruguai e hegemonia na região do Rio da Prata.

resolução, ele pretende resolver dois problemas de uma só vez. Por um lado retiraria dos aldeamentos os índios homens, que mais impunham dificuldades para o trabalho dos diretores e missionários. Por outro lado, engrossava as tropas que lutariam contra Rosas e Oribe, ainda que provavelmente os indígenas, assim como os negros, serviriam como “buchas de canhão” nas frentes de batalha.

Procurando maiores informações sobre a arregimentação de indígenas no Exército e na Guarda Nacional, encontramos apenas dois documentos que fazem referência a tal projeto. Como primeiro referencial, destacamos a correspondência do Diretor Geral Andrade Neves ao presidente da província, onde denuncia a atitude de alguns moradores da região de Nonoai, que, interessados em se apossar dos bons campos do aldeamento, “tem incutido temor nos Índios, dizendo-lhes que o governo os quer domesticar e ao depois sentar-lhes praça na 1ª Linha” (OFICIO 26/2/1851). Para acabar com as aspirações dos moradores, Andrade Neves solicita ao presidente que tome medidas urgentes, sugerindo inclusive “ordenar aos Delegados e Subdelegados que prendão e corrijão aos indivíduos que vão aos aldeamentos com falsas notícias aterrar os Índios”.

Como segunda referência, temos o relatório do Diretor Geral Interino dos Índios da Província,⁹ no qual o mesmo se refere à organização de batalhões “voluntários” de índios, que aderiram à causa do Império, ao ponto que:

...já tomão os nossos inimigos como seus, e os dezeção aniquilar, tanto que os dous chefes da Guarita que forão a essa Corte com mais quarenta e dous se apresentarão e marcharão a reunir-se ao exercito, mais quando deserão a serra já o nosso estava no Estado Oriental, pelo que tiverão de voltar desgostozos por não terem parte nos feitos da Campanha, o mesmo aconteceu com os de Nonohay e Campo do Meio que apresentarão-se em número de duzentos, porém tiverão que esperar a ordem de marchar, o que não se efectuou pelo mesmo motivo (RELATÓRIO 29/12/1851, p. 4).

Pelo conteúdo dos documentos, é possível perceber certa ambivalência nas informações. Enquanto o primeiro excerto demonstra a intranquilidade dos indígenas, com respeito ao engajamento, seja na Guarda Nacional ou no Exército Imperial, o segundo aponta uma satisfação e “orgulho patriótico” dos chefes indígenas que reuniram seus homens para a luta. Como encontramos apenas essas duas referências sobre o envolvimento dos *Kaingang* nos conflitos militares do Rio Grande do Sul, consideramos prematuro tecer maiores comentários a respeito do processo. A participação de indígenas nas ações militares no sul do

⁹ Como este documento não se encontra assinado, não foi possível identificar o nome de seu autor. Consta apenas que o mesmo substitui o Diretor Geral Andrade Neves, que participa da Campanha no Prata.

Brasil ainda é um tema obscuro, que necessita de estudos mais consistentes, que venham divulgar seu papel enquanto forças atuantes nas guerras do período imperial.

Com o passar dos anos e o fim dos conflitos externos nos quais acabou sendo envolvida a província, a questão indígena passa a ser um assunto mais destacado nos relatórios dos presidentes, enfocada principalmente quando ocorriam assaltos ou distúrbios envolvendo os indígenas nas áreas coloniais. Justamente por isso, o governo vê a necessidade de intensificar a construção de novos locais para o confinamento dos indígenas que ainda “erravam” pelas matas da província.

Em 1853, o presidente Cansansão de Sinimbu ordena que seja construído um novo aldeamento para os *Kaingang* na região de Vacaria, solicitando que o mesmo fosse instalado “sobre terreno Nacional, e nunca em propriedades particulares, tendo em atenção a qualidade das terras para produção dos gêneros do lugar, e especialmente os que servem de alimentação como milho, feijão e batatas...” (OFÍCIO 19/3/1853).

Pelo que indicam os diretores, os aldeamentos já existentes encontravam-se em péssimo estado no ano de 1853. Os motivos para que não houvesse progresso nos aldeamentos de Nonoai e Guarita, apesar dos esforços para que isso acontecesse, são enumerados no relatório apresentado pelo presidente Sinimbu à Assembleia Legislativa daquele ano. De acordo com o presidente, as três principais causas do repúdio dos índios aos aldeamentos seriam: “a falta de residência permanente do diretor no aldeamento, a conservação das influências parciais dos diversos caciques, e as intrigas adrede espalhadas entre os indígenas por alguns posseiros com o fim de se apoderarem daquelles belíssimos campos...” (RELATÓRIO 6/10/1853, p. 10).

Vamos considerar o malogro dos aldeamentos através desses três apontamentos citados pelo presidente Sinimbu. Primeiramente, a não permanência de diretores nos aldeamentos deveu-se, em parte, pela falta de pagamento de ordenados para os mesmos. Evidenciamos esse fato nas frequentes reclamações por pagamento de soldos atrasados por parte dos diretores. Por outro lado, como já referimos anteriormente, as exigências dos diretores para que se mantivessem praças nos aldeamentos podem ser um indicativo de que não vislumbravam segurança suficiente para permanecerem nos mesmos, salvo exceções¹⁰.

¹⁰ A exceção de que falamos diz respeito ao Diretor José Joaquim de Oliveira. Pelo que percebemos, o diretor mantinha um bom relacionamento com os *Kaingang* da Guarita, que lhe demonstravam respeito e dedicação nos trabalhos. Por isso, quando este pediu sua demissão, em 1850, Andrade Neves escreve ao presidente da província afirmando que “este homem faz muita falta ali, porque foi quem organizou o dito Aldeamento, e que muitos sacrifícios fez em prol do mesmo, por isso talvez V. Ex^a. officiando-lhe e mandando-lhe passar Diploma de Director, elle continue, que eu de muito pronto insistirei para que elle continue, porque não vejo quem o substitua e os índios já estão acostumados com elle e a quem obedecem” (OFÍCIO 16/3/1850).

Refletindo sobre as dificuldades de encontrar quem se encarregue dos aldeamentos para levar as “vantagens civilizatórias” aos indígenas, o presidente desabafa, mencionando que: “infelizmente forão-se esses tempos em que o christão, contando os degraos da salvação pelo numero de almas que convertia a fê da Cruz, exilava-se da sociedade para entregar-se no deserto à conversão dos indígenas” (RELATÓRIO 6/10/1853, p. 26). Através da fala do presidente Sinimbu, fica perceptível a relação do mau andamento dos aldeamentos com a retirada dos missionários jesuítas, os quais em 1852 deixam de comandá-los por decisão da Assembleia Legislativa.

Com relação à manutenção das influências dos caciques, vimos que a lógica do governo não previa distinção entre os grupos instalados nos aldeamentos. Por isso, em 1853 estavam instalados em Nonoai um total de 340 indígenas, comandados por cinco diferentes caciques: Nonohay com 170, Pedro Nicofé com 70, Voton com 25, Nicafim com 50 e Francisco com 25 (RELATÓRIO 6/10/1853, p. 26). As rivalidades históricas entre os grupos foram ignoradas (talvez propositalmente), ocasionando muitas revoltas internas, o que culminou na retirada de alguns destes líderes para as matas, onde conseqüentemente voltavam a cometer atos hostis contra os colonizadores.

O presidente Sinimbu, ao referir-se aos posseiros e às intrigas por eles espalhadas entre os indígenas, o faz porque muitas das evasões eram motivadas também por esses agentes externos. Muitos deles, por interesse pessoal, mantinham contato pacífico dissimulado com os *Kaingang*, empregando alguns em suas propriedades e mantendo relações de escambo de produtos e ferramentas por algum trabalho dos indígenas. Naturalmente, alguns indivíduos se aproximavam dos mesmos para enganá-los e tomar as terras em que estavam instalados. Nesse período, eram já frequentes as invasões das áreas indígenas delimitadas, o que causava grande preocupação entre as autoridades provinciais, que viam nessas atitudes um grave entrave aos objetivos do projeto, tanto que medidas extremas acabaram sendo decretadas pelo presidente Sinimbu:

...esses limites do aldeamento farei respeitar contra a invasão dos intrusos, que são os maiores adversários dos estabelecimentos [...] lhe fazem mais cruenta opposição, seduzindo os Indios, para se não reunirem, fazendo-os suspeitar mal do zelo que dispensamos em proporcionar-lhes os commodos e vantagens da vida civilizada (RELATÓRIO 2/10/1854, p. 31).

Além de serem induzidos a acreditar nas más intenções do governo, muitos indígenas acabavam sendo contratados pelos fazendeiros da região para atacar seus “desafetos”. Por esse motivo, o diretor Oliveira vai pedir que se combatam essas situações, sob “pena de serem presos todos aquelles que agasalharem Indios em seos campos, ou Mattos serem processados

pelos Subdelegados, impondo-se-lhes as penas que a Presidência julgar com maior ligação ao nosso código” (OFÍCIO 31/12/1854). Quanto aos indígenas que insistiam em perambular pelas matas, revela ao diretor geral que, tendo “procurado todos os meios brandos e consiliatorios para chamar aos Indios ao centro do Aldeamento, e como isso não tem sido possível, não há outro meio senão energia, e energia forte”.

Nesses três obstáculos para a manutenção dos *Kaingang* dentro dos aldeamentos, observamos que as estratégias definidas para “convencimento” dos indígenas resistentes são colocadas de forma impositiva e enérgica, como fica claro no discurso de Oliveira. Não há espaço nessa relação para pensar em como as mudanças perpetradas pelas novas concepções de habitação, alimentação e modo de viver influenciariam nas ações dos indígenas. Entendemos essa atitude das autoridades como uma forma de imposição e manutenção de poder, as quais tendem sempre a gerar conflitos pela constante tentativa de infligir novos valores à sociedade *Kaingang*.

A partir do momento em que há uma rejeição explícita dos indígenas à assimilação das ideias e valores do grupo dominante, são geradas turbulências sociais, que tendem a se agravar caso não se tomem medidas enérgicas por parte de quem deseja manter o controle das ações. É fundamentalmente isso que ilustra James Scott, quando se refere à resistência de segmentos dominados das sociedades ao discurso político que tenta incutir sua vontade de poder. De acordo com Scott:

Las relaciones de poder son, también, relaciones de resistencia. Una vez establecida, la dominación no persiste por su propia inercia. Su ejercicio produce fricciones en la medida en que recurre al uso del poder para extraerles trabajo, bienes, servicios e impuestos a los dominados, en contra de su voluntad. Sostenerla, pues, requiere de constantes esfuerzos de consolidación, perpetuación y adaptación (SCOTT, 2000, p. 71).

Grande parte das fontes documentais analisadas demonstra aspectos da relação impositiva de indivíduo dominante para indivíduo dominado, em que os discursos da catequese e da civilização (colocados como item de destaque na maior parte dos relatórios dos presidentes) eram aplicados para justificar os meios empreendidos na tentativa de controlar e manter os indígenas sob uma tutela auto-sustentável nos aldeamentos. É importante frisar que, apesar desse aspecto, não consideramos os *Kaingang* como elementos passivos, dominados e reduzidos a uma condição social inativa, “onde todo o peso do poder recaía sempre na sociedade brasileira, tornando-os meros apêndices sem vontade de uma sociedade vista como superpoderosa” (DAMATTA, 1987, p. 203). Destacamos essa relação por percebermos que,

predominantemente, os discursos sobre os indígenas no século XIX giravam em torno da selvageria e da barbárie. Isso se deve em grande parte à resistência imposta à expropriação territorial, entendida como o grande obstáculo aos objetivos modernizadores representados pela colonização europeia. Era necessário apagar o passado selvagem e retrógrado que representava o índio, dando lugar ao progresso que a empreitada colonial poderia proporcionar. Para que esse processo fosse possível, o fim acabava justificando os meios.

Lembramos, neste momento, que a perspectiva etnocêntrica não foi prerrogativa apenas dos discursos das autoridades da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Na década de cinquenta do século XIX, Santa Catarina desenvolvia um projeto de imigração e colonização semelhante ao do Rio Grande do Sul, principalmente no Vale do Itajaí, território que, no momento da chegada dos imigrantes, servia de habitat para os índios *Botocudos* (*Xokleng*). Luisa Wittmann, analisando as falas e relatórios dos presidentes dessa província, destaca que, nos discursos oficiais:

A violência contra os índios estava na base do impulso do povoamento e do desenvolvimento da colonização, que serviria como forma de organização do espaço florestal e de controle dos seus habitantes. [...] A solução da questão indígena seria alcançada através da modernização. A transformação dos índios viria quando a selva se tornasse morada do moderno. A mata receberia estradas que, rasgando o verde permitiriam a subjugação dos “selvagens” (WITTMANN, 2005, p. 46).

Tanto nos discursos das autoridades da província de Santa Catarina, quanto nos discursos dos representantes da província do Rio Grande do Sul, as mensagens enfatizam quais os meios mais eficazes para agir com relação aos “bugres”. Em grande parte das correspondências e relatórios dos presidentes e outras autoridades, ficam claras as intenções de livrar a terra dos “males” da incivilidade dos indígenas. Contudo, nem todos os discursos são favoráveis às medidas extremas adotadas por agentes de repressão que se empenhavam na perseguição e extermínio dos *Kaingang*. Aspectos sutis, tais como subjugar pela imposição cultural, extinguir seus recursos naturais, empregá-los em benefício da província (nos ervais, forças armadas, agricultura), desalojá-los das matas para a instrução moral e religiosa nos aldeamentos, estão entre as alternativas, vistas por alguns governantes, como a melhor forma de atingir o sucesso e “converter em amigos, e membros úteis da sociedade os mais formidáveis inimigos de nossas populações centrais” (RELATÓRIO 1/10/1852, p. 15).

A fala acima mencionada, proferida por um Juiz de Direito¹¹ que exerce a vice-presidência da província, apesar de considerar como inimigas as populações indígenas

¹¹ Luiz Alves Leite de Oliveira Bello é nomeado juiz de direito da 1ª Vara Criminal de Porto Alegre em 1846, onde se aposentou em 1858, como desembargador. Foi presidente da província do Rio Grande do Sul em duas ocasiões, de 15 de outubro de 1851 a 2 de dezembro de 1852 e de 1 de julho a 17 de setembro de 1855.

que ameaçam a segurança da população das colônias, pretende demonstrar que há possibilidades de integrar os mesmos à sociedade nacional, sem a necessidade de utilizar as tradicionais agressões e perseguições, que tornam infelizes as tentativas de transformar em cidadãos os “selvagens”. Pelo menos, parece ser esta a compreensão de Oliveira Bello, quando o mesmo afirma que:

O systema da força, e o da persuasão empregados separadamente para tirar das mattas os nossos indígenas, tem sido ambos infelizes. Até aqui nos temos limitado – 1º - a attrahir os Indios por meio de algumas roupas, e ferramentas distribuídas nas Aldeas de Nonohay, e Guarita, e a conservar-os ali pelos esforços dos Padres Jesuítas: de catechisação propriamente dita pouco se tem feito, sem dúvida porque aquellos Padres ignorão a língua, em que devirião dirigir aos Indios as palavras de conversão: - 2º - a bater os Indios, perseguil-os, e matal-os, quando elles tem feito alguma aggressão; e a collocar guardas por algum tempo nos lugares por onde elles tem agredido. Pela simples enunciação se vê que estes dous systemas são incompletos; e a experiencia os tem condemnado. Os Indios recebem as roupas, e ferramentas e voltão as mattas; batidos, e perseguidos depois da aggressão, reaparecem mais hostis em outros lugares, não sendo possível collocar guardas em todos aquellos, por onde elles fazem os seus assaltos (RELATÓRIO 1/10/1852, p. 15).

Não nos enganemos, porém, com o aparente espírito altruísta de Oliveira Bello, pois no mesmo relatório o citado vice-presidente sugere medidas que pouco diferem das que até então estavam sendo executadas pelas autoridades policiais da província. Em uma explanação contraditória ao discurso acima apresentado, Oliveira Bello dá a “receita” para solucionar o problema com os índios:

Se algumas partidas de homens armados percorrerem por alguns mezes as mattas, abrindo trilhos e desalojando os Indios, sem todavia fazer-lhes, senão o mal necessário para a defeza, e conduzirem para as Aldêas os que puderem apprehender, ou reduzir; e, por outro lado, se nas Aldêas forem os Indios muito bem tratados, e se lhes distribuirem roupas, ferramentas e alimentos, dando-se-lhes além disto a conveniente educação por meio de Padres, que á isso se dediquem com boa vontade e esmero; é provável, Srs. que afugentados das visinhanças dos nossos povoados, urgidos pela falta da caça, da pesca e da fructa, de que ahi se alimentavão, e, ainda mais, receiosos de encontrar nossas partidas; e por outro lado attrahidos pelos bens de que gozão seos irmãos nas Aldêas, e de que elles também poderão gozar; nestas circunstancias digo, é provável que os Indios se decidão ou a deixarem a vida errante, e a virem habitar nossas Aldêas ou a internarem-se nas mattas para allém do Uruguay, e Paraná, deixando-nos livres das suas incursões (RELATÓRIO 1/10/1852, p. 16).

Os métodos sugeridos por Oliveira Bello, apesar de não atribuírem violência física diretamente, previam a eliminação lenta e gradual da influência dos Kaingang que ainda permaneciam hostis à ideia de aldear-se. Far-se-ia todo o possível para que o mesmo fosse efetuado. Caso isso não ocorresse, a eliminação dar-se-ia pela expulsão do território, o que apenas remediava a situação. Essa relação pode ser observada a partir da ótica da violência

simbólica, uma vez que, entre seus principais objetivos, está o de minar as forças dos indígenas, impondo vigilância e controle dos atos para que não se cometam delitos. De acordo com Pierre Bourdieu, a violência simbólica é uma forma de dominação sutil, na qual, através de artifícios discursivos e sociais, impomos nosso modo de ver e agir. Essa relação opera de forma a eliminar as resistências ao fazer o outro aceitar naturalmente a imposição (BOURDIEU, 2005, p. 32).

Considerações finais

Sob certos aspectos, devemos entender as formações discursivas enquanto reflexos de uma sociedade e de um tempo histórico determinados. No caso aqui estudado, evidencia-se um discurso social colonialista, no qual o diálogo é articulado a partir da voz do grupo social que, quando não ordena, vincula-se à ideologia do período. Enquanto porta-vozes de um discurso social, os locutores produzem no interior dessa formação ideológica uma visão de mundo que opõe um “nós” (os brancos) a um “eles” (os índios). Os valores dos brancos carregados de positividade e os dos indígenas carregados de negatividade (BRANDÃO, 2000, p. 106).

É possível inferir que, essencialmente, foi esse tipo de imaginário generalizante que tramitou em grande parte das correspondências e relatórios sobre os *Kaingang*. Noções como a de índios ferozes, incivilizáveis e inúteis contrastam com a dos imigrantes, entendidos enquanto pacíficos e trabalhadores. Nesse sentido, um dos pontos fundamentais da análise de discurso diz respeito à noção de ideologia. A ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para constituição dos sujeitos e dos sentidos (ORLANDI, 1999, p. 124).

De acordo com nossas análises, pudemos perceber que a política de ocupação do território agiu sempre em favor da manutenção e perpetuação dos interesses econômico-fundiários das elites imperiais, seja em âmbito nacional quanto regional. As classes hegemônicas eram favorecidas pela política oficial vigente, a qual preconizava que a presença indígena não se constituía em ocupação efetiva dos territórios. Dessa forma, a política de colonização se sobrepôs aos interesses dos povos indígenas e dos demais grupos subalternos. Por outro lado, considerando em conjunto os discursos das autoridades provinciais, percebemos que a integração das populações indígenas à sociedade nacional sempre esteve aquém de suas expectativas e, muitas vezes, completamente fora do controle. Ao mesmo tempo em que não conseguiam emplacar medidas para atrair os indígenas resistentes para os aldeamentos, não conseguiam controlar a situação dentro destes. Sob

vários aspectos, os documentos apontam as contínuas maneiras com que os *Kaingang* desafiavam o poder governamental.

Concluimos, por fim, que as políticas de aldeamento, adotadas pelo governo provincial, apesar de agir drástica e incisivamente na conformação dos *Kaingang* aos modelos impostos pelos diretores ou missionários, também serviram para revelar o caráter dinâmico da cultura *Kaingang*, permeada por estratégias, artimanhas, dissimulações e sobretudo inteligência, que se mostrou extremamente importante em um momento no qual a situação histórica desfavorável pressupunha ações alternativas à agressividade. Podemos dizer que o cenário onde se desenvolveram os atos narrados neste artigo é um território de fronteiras. Historicamente, a manifestação das fronteiras étnicas ou geográficas representa uma ruptura sob determinados aspectos e ao mesmo tempo uma construção social, com novos valores e interesses para ambos os grupos em situação de contato. No caso estudado por nós, vimos como essa relação atingiu o seio da sociedade *Kaingang* em um momento crucial de sua história, quando os novos elementos trazidos pelos europeus agiram na resignificação dos hábitos e costumes tradicionais desses indígenas, ainda que os valores culturais tradicionais do grupo jamais tenham sido extintos.

Referências

Documentos

OFÍCIO 19/5/1848. **Ofício do Sub-delegado de Polícia de Passo Fundo Joaquim Fagundes dos Reis para o Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves.** Passo Fundo, 1848. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 21/12/1849. **Ofício do Diretor Geral J.J. Andrade Neves ao presidente da província Francisco Soares D'Andrea.** Rio Pardo, 1849. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 16/3/1850. **Ofício do Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves ao presidente da província José Antonio Pimenta Bueno.** Rio Pardo, 1850. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 7/12/1850. **Ofício do Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves ao presidente da província Pedro Ferreira d'Oliveira.** Porto Alegre, 1850. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 28/9/1850. **Ofício do Diretor do Aldeamento da Guarita J. J. Oliveira ao Diretor Geral dos índios J. J. A. Neves.** Guarita, 1850. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 11/3/1851. **Ofício do Diretor do aldeamento da Guarita J. J. Oliveira ao Diretor Geral dos Índios J. J. A. Neves.** Guarita, 1851. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 26/2/1851. **Ofício do Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves ao Presidente da Província Pedro Ferreira de Oliveira.** Rio Pardo, 1851. AHRS. Maço 3.

OFÍCIO 19/3/1853. **Ofício do presidente da província João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu à Filipe José de Sousa.** Porto Alegre, 1853. AHRS. Maço 3.

OFÍCIO 31/12/1854. **Ofício do Diretor de Nonoai ao Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves.** Passo Fundo, 1854. AHRS. Maço 3.

RELATÓRIO 2/10/1851. **Relatório do vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Patricio Corrêa da Camara, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1851.

RELATÓRIO 30/6/1851. **Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Pedro Ferreira de Oliveira, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1851.

RELATÓRIO 29/12/1851. **Relatório do Diretor Geral dos Índios da Província ao Ministro do Império.** Rio Pardo, 1851. AHRS. Arquivo Índios. Maço 2.

RELATÓRIO 6/10/1853. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1853.

RELATÓRIO 2/10/1854. **Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1854.

RELATÓRIO 1/10/1852. **Relatório do Vice-Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1852.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BARROS, J. D. História Política, Discurso e Imaginário: Aspectos de uma interface. **SAECULUM – Revista de História** [12] João Pessoa, Jan./Jun. 2005. Disponível em: www.cchla.ufpb.br/saeculum12.a. Acesso em 12/3/2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico,** Editora Bertrand, Rio de Janeiro, 2005.

BRANDÃO, Helena H. N. Catequese no discurso jesuítico. In: BARROS, Diana L. P. **Os Discursos do Descobrimento: 500 e mais anos de discursos.** São Paulo: Edusp; FAPESP, 2000.

COLLEVATTI, Jayne. Do trabalho missionário para se salvar uma nação: um estudo dos sucessos missionários. **Revista eletrônica Religião e Sociedade.** vol. 29, n.1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 24/9/2010.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1987.

LE GOFF, Jacques. **Pensar la Historia.** Barcelona: Paidós, 1991.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. Teoria, História e Etnohistória. **Estudos Leopoldenses: Serie História.** Vol. 1. n 2. 1997.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: Século XIX.** Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A sociologia do Brasil indígena.** Brasília: Editora UnB, 1978.

ORLANDI, Eni. **Terra a vista - Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo.** São Paulo: Cortez/Campinas: Edunicamp, 1990.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 1999.

SCOTT, James. **Los dominados y el Arte de la Resistencia**: Discursos Ocultos. Mexico: Edições Era, 2000.

SOIHET, Rachel. O Drama da Conquista na Festa: Reflexões sobre a Resistência Indígena e Circularidade Cultural na América. In: BESSONE, T. M. T. & QUEIROZ, T. A. P. (orgs.) **América Latina**: Imagens, Imaginação e Imaginário. Rio de Janeiro: Expressão Cultura; São Paulo: Edusp, 1997.

WITTMANN, Luisa Tombini. **Atos do Contato**: histórias do povo indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Dissertação (Mestrado em História). Campinas: PPGAS/Unicamp. 2005.